



CADERNO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS INTERNOS PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: EXPERIÊNCIA DA REDE TUCUM

Sulamita Lino Freire¹, Izaura Lila Lima Ribeiro², Karoline Lucas de Oliveira³

¹Graduanda em Tecnologia em Gestão de Turismo – IFCE. e-mail: sulamita.lf@gmail.com

²Graduada em Tecnologia em Gestão de Turismo – IFCE. e-mail: izauralilalima@gmail.com

³Graduanda em Tecnologia em Gestão Ambiental – IFCE. e-mail: karoline.luoliv@gmail.com

Resumo: Este artigo abordou o Turismo de Base Comunitária (TBC), com o objetivo de contribuir com a prática da atividade turística, mediante análise inicial do Caderno de Normas e Procedimentos Internos, construído coletivamente pela Rede Cearense de Turismo Comunitário, Rede Tucum. O caráter do estudo foi de natureza qualitativa, descritiva, com pesquisa documental e bibliográfica. O caderno concretizou-se por meio de metodologias críticas, reflexivas e participativas, considerando as particularidades dos diferentes grupos envolvidos. Como resultado, uma das grandes conquistas foi a visibilidade do debate sobre as lutas pelo território e a afirmação da cultura das populações da zona costeira do Ceará. Além disso, o caderno se constituiu como instrumento de apoio e orientação das ações da Rede Tucum, reafirmando a proposta do turismo comunitário no referido estado. Proporcionou aos Grupos de Turismo (GT's) maior segurança no fazer da atividade turística e no desenvolvimento institucional da Rede. Por conclusão, o caderno fortaleceu as comunidades e conseqüentemente o processo de qualificação do turismo comunitário, possibilitando ainda a outras comunidades mais conhecimentos sobre organização e gestão da atividade turística. Cabe observar que a discussão sobre o TBC é um campo bastante aberto para o desenvolvimento de trabalhos e como o caderno está em fase inicial, há conceitos a serem explorados para seu desenvolvimento e evolução.

Palavras-chave: ceará, comunidade, rede, turismo

1. INTRODUÇÃO

O turismo é considerado uma das principais atividades econômicas em todo o mundo, o que tem gerado maior competitividade local e regional, e conseqüentemente, faz com que mais localidades almejem se desenvolver com a ajuda do setor ou mesmo através dele. Dentro desse cenário, o turismo tem um papel cada vez mais importante e torna-se capaz de influenciar, de forma significativa, o ambiente, a cultura e a sociedade no qual está inserido.

A força da atividade turística se revela um grande potencial do mundo pós-industrial, transformando-se em promessa de nível global a local. Segundo dados do Ministério do Turismo (2010), em dez anos, a receita cambial gerada pelo turismo cresceu de 445 bilhões para 852,4 bilhões, no mundo. No caso do Brasil, em 1999, a receita cambial gerada era de 11,60 bilhões e em 2009 já alcançava 18,20 bilhões de dólares. Os números criam um antagonismo entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento das comunidades receptoras, concentrando renda e gerando desigualdade.

O que ocorre é que as questões relativas ao turismo são analisadas, principalmente, sob o ponto de vista econômico. Assim, o turismo não é compreendido na sua totalidade e acaba por se tornar destrutivo, causando os mais diversos impactos, esgotando os recursos naturais, se apropriando de terras e instalando meios de hospedagem luxuosos, negligenciando a cultural local e interferindo na qualidade de vida das localidades.

Nesse sentido, a atividade turística necessita da democratização dos processos, das oportunidades e dos benefícios, de um novo pensamento sobre o conceito de desenvolvimento e sustentabilidade, ou seja, uma contraproposta ao modelo convencional, o Turismo de Base Comunitária (TBC). As primeiras propostas e conceitos partiram de estudiosos e instituições,



resultados em grande parte, vale ressaltar, de experiências já existentes, mas não inteiramente difundidas.

Segundo a WWF-Internacional (2001, p. 2), o Turismo de Base Comunitária pode ser entendido como “aquele em que as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do desenvolvimento participativo desde o início, os projetos de turismo devem proporcionar a maior parte dos benefícios para as comunidades locais”. Sua característica distinta é a dimensão humana, ampliando seu significado para além da perspectiva econômica, onde a atividade turística constrói novas relações entre comunidades e visitantes.

As principais características do Turismo de Base Comunitária também são descritas por Carvalho (2007), onde a comunidade luta por seus direitos e é contra os grandes empreendedores do turismo convencional que pretendem ocupar seu território ameaçando a qualidade de vida e as tradições da população local. Sendo a atividade capaz de melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os valores culturais e as belezas naturais de cada região.

Particularmente no Ceará, os destinos turísticos são concentrados no litoral, com megaprojetos de segmentos específicos com aportes de capitais estrangeiros, onde o território é disputado, por exemplo, pelas empresas de carnicultura e pelos parques eólicos. Em resposta a esse cenário, um grupo formado por comunidades tradicionais da zona costeira do Ceará, com apoio da ONG Instituto Terramar, dá início às primeiras discussões em 2001, sobre uma nova proposta de turismo. A comunidade da Prainha do Canto Verde em Beberibe, Ceará, liderou o processo e percebeu no turismo comunitário um elemento a se somar na luta em defesa do território, de melhores condições de vida e da conquista de direitos, assim como garantir renda para a própria comunidade. Ideia reforçada por Coriolano (2009, p. 190), onde “as atividades tradicionais são fortalecidas e incentivadas [...] (e) a pesca artesanal, a arte de fazer renda, a cultura do mar não seja substituída pelo padrão urbano e do consumismo”, ou seja, a atividade turística é um elemento complementar à vida econômica da comunidade, não é a meta ou o que lhe dá sentido, mas torna-se o meio para conquistas.

Assim, em 2008, são dados os primeiros passos da Rede Cearense de Turismo Comunitário, também conhecida como Rede Tucum. Atualmente, ela conta com a participação de treze Grupos de Turismo, entre indígenas, pescadores (as) e moradores (as) de assentamentos rurais. Há um ponto de hospedagem em Fortaleza e três organizações parceiras que fazem o apoio institucional à Rede – o Instituto Terramar (Fortaleza), a Associação Caiçara (Icapuí) e a Associação para Desenvolvimento Local Coproduzido, também conhecida como ADELCO, (Fortaleza).

Os treze Grupos de Turismo são: Centro de Formação e Capacitação Frei Humberto, ligado ao Movimento dos Trabalhadores (as) Rurais Sem Terra – MST – (Fortaleza); Associação Mulheres em Movimento no Conjunto Palmeiras (Fortaleza); Povo Tapebas (indígenas da Caucaia); Batoque (Aquiraz); Povo Jenipapo-Kanindé (indígenas de Aquiraz); Prainha do Canto Verde (Beberibe); Assentamento Coqueirinho (Fortim); Ponta Grossa (Icapuí); Tremembé (Icapuí); Tatajuba (Camocim); Curral Velho (Acarau); Caetanos de Cima (Amontada) e Flecheiras (Trairi).

A partir das particularidades de cada destino turístico, a Rede Tucum oferece serviços de alimentação, hospedagem, passeios e trilhas. A realização desse conjunto de atividades é partilhada com o maior número possível de pessoas, com o objetivo de distribuir o trabalho e os recursos gerados, além de estabelecer uma relação de intercâmbio cultural com o visitante. Nesse sentido, a Tucum propõe o controle efetivo da organização do turismo e a busca da autonomia na gestão, que deve ser feita em parceria com as associações de moradores e/ou de outras formas de organização coletiva que possam surgir (SOUZA DA SILVA, 2009). A Rede também vê como estratégia o diálogo com os princípios da economia solidária, fortalecendo



relações de igualdade de gênero e raça a fim de construir uma sociedade comprometida com a sustentabilidade em seus aspectos políticos, socioculturais, ambientais e econômicos.

Mesmo sabendo que sua proposta é ousada, os integrantes da Rede Tucum, colocam que o turismo comunitário não deve ser classificado como um segmento da atividade econômica, mas como o modelo a ser adotado no país, com forte expressão na promoção de políticas públicas de incentivo e fomento do turismo. Além do papel do Estado, a construção do Turismo de Base Comunitária, a exemplo da Rede Tucum, possui desafios de organização. Para que a ação em rede se fortaleça, é necessário que o planejamento e estruturação das atividades considerem elementos que visem à organização, normatização e estruturação do turismo comunitário. Necessidade esta que pode ser traduzida em acordos, consolidada em um documento que guie as ações do turismo de base comunitária, a fim de apoiar o que já existe e aperfeiçoar o que for possível levando em consideração as diferentes realidades de cada localidade.

No entanto, o Turismo de Base Comunitária, a exemplo da Rede Tucum, possui desafios. E um deles envolve o planejamento e elementos que visem à organização, normatização e estruturação do TBC. Necessidade esta que pode ser traduzida em acordos, consolidada em um documento que guie as ações do Turismo de Base Comunitária, a fim de apoiar o que já existe e aperfeiçoar o que for possível levando em consideração as diferentes realidades de cada localidade.

Desta forma, o objetivo do presente trabalho pode ser sintetizado pela intenção de contribuir com a prática do Turismo de Base Comunitária, por meio da análise inicial do instrumento denominado Caderno de Normas e Procedimentos Internos, construído coletivamente e acordado em assembleia pela Rede Cearense de Turismo Comunitário, Rede Tucum.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho teve como ponto de partida a pesquisa documental e bibliográfica a fim de propiciar um histórico útil do Turismo de Base Comunitária e da Rede Tucum. As informações foram coletadas para melhor contextualizar o Caderno de Normas e Procedimentos Internos, bem como a base conceitual necessária para a sua aplicação. O caráter do estudo, portanto, é de natureza qualitativa e descritiva.

O trabalho de iniciação em torno do caderno fundamentou-se nos princípios da proposta do Turismo de Base Comunitária. O caderno representa um conjunto de acordos e procedimentos coletivos baseados nas dimensões da sustentabilidade, considerando a cultura, a política, a economia e a biodiversidade de cada comunidade participante. E tem por fim construir e fortalecer a identidade política e organizativa da articulação da Rede Cearense de Turismo Comunitário.

O caderno concretizou-se, sobretudo, por meio de metodologias críticas, reflexivas e participativas, considerando as particularidades culturais, econômicas e sociais dos diferentes grupos envolvidos no planejamento e na gestão. Sua elaboração foi inicialmente discutida em 2009, durante a III Assembleia da Rede Tucum, sendo aprimorada nos anos seguintes, considerando também o processo de consolidação que a Tucum vivenciou desde 2008.

Nos processos de gestão da Rede, a assembleia é a instância máxima de decisão, sendo realizada anualmente nas comunidades em forma de rodízio, reunindo todas as organizações participantes, podendo ser aberta a convidados. É importante lembrar que no processo de formação participativa fica difícil obter bons resultados com uma grande quantidade de pessoas, por isso se recomenda que cada Grupo de Turismo possua três representantes na discussão: o responsável pelo GT e duas outras pessoas envolvidas com os serviços ou equipamentos do turismo comunitário.

Assim, com base nas primeiras discussões e nas questões levantadas pelos Grupos de Turismo, o caderno foi dividido em seis tópicos: 1) Breve histórico da formação da Rede



Tucum; 2) Princípios e diretrizes para a Rede Tucum; 3) Estrutura de participação da Rede Tucum, especificando os participantes, as comunidades e os Grupos de Turismo – (GT)-, as entidades de apoio e assessoria, os parceiros e os critérios de exclusão de participantes; 4) Estratégias de gestão e sustentabilidade da Rede Tucum, especificando o modelo de gestão, os procedimentos básicos de gestão, a prestação de contas, a sustentabilidade dos GT's e da rede, os instrumentos de registro, controle e avaliação e a definição de preços; 5) Dinamização das atividades produtivas locais; e 6) Organização dos serviços, com as considerações gerais sobre a categorização e os procedimentos e cuidados básicos com hospedagem, alimentação e entretenimento.

Após participação na V Assembleia e por meio de relatórios de reuniões, realizadas entre os períodos de 2008 a 2011, observou-se que o caderno passou por cinco momentos de construção do conhecimento, os quais foram nomeados neste trabalho da seguinte forma: problematização, elaboração de uma proposta, discussão, reelaboração e aplicação, todos realizados em atividades de oficinas e debates nas comunidades, juntamente com os GT's da Rede.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No turismo comunitário desenvolvido pela Rede Tucum, a visibilidade do debate sobre as lutas pelo território e a afirmação da cultura das populações da zona costeira apresentam-se como as grandes conquistas da realização da atividade. Entretanto, compreende-se que para ampliar o alcance de sua ação, os Grupos de Turismo das comunidades, necessitam aprimorar os acordos de gestão e a qualidade dos serviços que oferecem. Por vezes, o desafio da oferta dentro da perspectiva do Turismo de Base Comunitária é ainda maior quando não há organização, participação ativa e direta da comunidade e nem instrumentos que orientem a prática.

Dessa forma, o Caderno de Normas e Procedimentos Internos se constituiu como estratégia essencial para construção de um instrumento de apoio e orientação das ações da Rede, reafirmando a proposta do turismo comunitário no Ceará. Fortalecidos com esse instrumento, os Grupos de Turismo visibilizam sua metodologia, princípios e objetivos, proporcionando maior segurança no fazer da atividade turística, no desenvolvimento institucional da Rede, além de promover maior interação entre os grupos e a conquista de mais uma etapa da sustentabilidade do processo.

Vale ressaltar que se trata de um instrumento de constante exercício, aprendizagem e construção, pois não pretende ser cristalizado, ou seja, é passível de alterações e melhorias durante as assembleias da Rede Tucum. O caderno é considerando ainda um projeto em andamento, pois a última etapa de oficinas e debates, para apropriação do conteúdo, bem como a divulgação do material, está prevista para o último trimestre de 2012.

4. CONCLUSÕES

De maneira geral, este artigo buscou contribuir com o Turismo de Base Comunitária, apresentando o Caderno de Normas e Procedimentos Internos como instrumento de orientação para a prática da atividade.

Acredita-se que o caderno fortaleceu as comunidades e conseqüentemente o processo de qualificação da atividade turística, além de ter possibilitado a outras comunidades mais conhecimentos sobre o turismo comunitário.

Cabe observar que a discussão sobre o TBC é um campo bastante aberto para o desenvolvimento de trabalhos na área. O caderno está em fase inicial e há conceitos a serem explorados no que diz respeito à organização e gestão da atividade turística, já que o mesmo não suprirá todas as necessidades das comunidades, principalmente porque a realidade é mutável e a Rede Tucum continua crescendo.

A visão que fica deste estudo é a da construção coletiva nos processos de organização e gestão da atividade turística pelos vários sujeitos – Grupos de Turismo, comunidade e



organizações parceiras. Pois, é essa participação que será responsável pelo crescimento e evolução do caderno, permitindo que o TBC vá além de uma proposta promissora a que se constitui no momento.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Vininha Fillippo de. **O Turismo Comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.revistaecotour.com.br/novo/home/default.asp?tipo=noticia&id=1759>>. Acesso em: 30 jun 2012.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menêzes Teixeira (et al.). **Arranjos produtivos locais do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em Mudança**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

INSTITUTO TERRAMAR. Disponível em: <<http://www.terramar.org.br>>. Acesso em: 30 jun 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. – 4 ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2001.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estatísticas básicas de turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO. **Caderno de Normas e Procedimentos Internos da Rede Tucum**. Fortaleza: 2009. (em andamento).

_____. Disponível em: <<http://www.tucum.org.br>>. Acesso em: 10 jul 2012 .

SOUZA DA SILVA, Jeffersson. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org). **Turismo comunitário: afirmando identidades e construindo sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 415-417.

WWF-BRASIL. **Certificação em Turismo: Lições mundiais e recomendações para o Brasil**. SALAZAR, Sergio (Coord.). Brasília: WWF-Brasil, 2001.